



DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS N.º 8.666/93, N.º 10520/02, LEI COMPLEMENTAR 123/06 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 147/2014, DECRETO 10.024/2019, DECRETO 56/2009 E SUAS ALTERAÇÕES PARA:

**PREGÃO ELETRÔNICO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMERCIAL EXTERNO, COMO AFERIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS, CORTE E RELIGAÇÃO DE CAVALETES E RAMAIS, DESLOCAMENTO DE CAVALETES E RAMAIS, SUPRESSÃO DE LIGAÇÕES, NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC.**

---

**VALÉRIO CESAR GONZAGA DE CAMPOS**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



## EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 229/2022PMN

DATA DE ABERTURA: **27/01/2023**

ENTREGA DOS DOCUMENTOS PELO SITE ATÉ DIA **27/01/2023 ÀS 13:30 HORAS**

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 14:00 HORAS DO DIA **27/01/2023**

\* Levar em consideração o Horário de Brasília.

LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC <https://bnc.org.br/>

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, RUA JOÃO EMÍLIO, 100 – CENTRO – SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, CEP 88.370-446, telefone: (47) 3342-9500.

**Regência:** Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 10.024/2019 e Decreto Municipal 119/2020.

Secretaria solicitante: **Secretaria Municipal de Saneamento Básico**

**O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que às 14:00 horas do dia **27/01/2023** no Departamento de Licitações da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, serão abertas às propostas referentes a este Pregão Eletrônico, e será realizado em ato contínuo o credenciamento, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, de conformidade com as seguintes condições:

### JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Justifica-se a necessidade de realizar **PREGÃO ELETRÔNICO MODO DE DISPUTA ABERTO**, em face das peculiaridades da contratação, decorrentes da necessidade de serem realizadas gestões imediatas e a oportunidade do contato direto entre administração e fornecedor, trata-se o objeto desta, de bem de uso comum.

#### 1. OBJETO

**1.1 PREGÃO ELETRÔNICO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMERCIAL EXTERNO, COMO AFERIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS, CORTE E RELIGAÇÃO DE CAVALETES E RAMAIS, DESLOCAMENTO DE CAVALETES E RAMAIS, SUPRESSÃO DE LIGAÇÕES, NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC.**

**1.2 O valor total dos serviços é de R\$ 1.502.713,70 (um milhão quintos e dois mil, setecentos e treze reais e setenta centavos).**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



1.3 Integram o presente edital os seguintes anexos:

Planilha Modelo Proposta (Anexo I);

Declaração de Habilitação (Anexo II);

Declaração de inexistência de fatos impeditivos; (Anexo III);

Declaração de Cumprimento ao Disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal (Anexo IV);

Termo de adesão ao Sistema de Pregão Eletrônico da BNC (Anexo V);

Minuta de Contrato (Anexo VI);

Termo de Referência - Descrição do Objeto (Anexo VII);

Planilha de Composição de Preço (Anexo VIII)

Relação de Itens (Anexo IX)

## **2. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

**2.2** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras. (<https://bnc.org.br/>)

**2.3.** É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

**2.4** Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

**2.5** O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o fechamento do recebimento das propostas.

**2.6** O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras (Anexo V);

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras (Anexo V);

**2.7** O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia





da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras, Anexo V.

**2.8** As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem obter os benefícios atribuídos pela Lei Complementar 123/2006, de 15/12/2006, deverão pleitear o mesmo de acordo com os ditames daquele diploma legal.

**2.9** Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, as empresas estrangeiras que não funcionem no país e aqueles que tenham sido declarados inidôneos ou que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, conforme inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93.

**2.10** Também não será permitida a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

**2.11 A participação no presente certame implica no reconhecimento quanto a inexistência de qualquer fato impeditivo para participar em licitações, bem como celebrar contratos com a administração pública.**

**2.12** A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

**2.13** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**2.14** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.15** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

**2.16** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.17** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**2.17.1** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**2.17.2** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





**2.17.3** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.17.4** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**2.17.5** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**2.18** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Pinhais/PR Fone/WhatsApp: (42) 3026 4550 – Ponta Grossa – PR, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail [contato@bnc.org.br](mailto:contato@bnc.org.br)

**2.19** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

### **3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**

**3.1** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **2.6 “a”**, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://bnc.org.br/>

**3.2** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**3.3** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**3.4** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC - Bolsa Nacional de Compras.

**3.5** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.6** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.







### 3.7 SE PROCURADOR OU REPRESENTANTE:

- a) O credenciamento far-se-á através do Instrumento público de procuração com plenos poderes para representar a outorgante no referido Certame ou Instrumento particular com firma reconhecida, devidamente acompanhado do Contrato Social com todas as alterações ou a última alteração consolidada ou por transformação transcrita na íntegra, estatuto ou ata de reunião dos sócios (AUTENTICADOS – neste caso não precisará repetir a apresentação do mesmo na habilitação);
- b) O instrumento público de procuração assim como o instrumento particular deverá ser apresentado juntamente com documento oficial original com foto para identificação do representante credenciado, ou CÓPIA AUTENTICADA do documento (ORIGINAL que será devolvido ao licitante);
- c) **Apresentar Certidão Simplificada Atualizada**, para fins de comprovação das alterações contratuais e demais documentos arquivados. (Neste caso não precisará repetir a apresentação da mesma na habilitação);
- d) **Apresentar Termo de adesão ao Sistema de Pregão Eletrônico da BNC** (Anexo V)

### 3.8 SE DIRIGENTE/PROPRIETÁRIO/SÓCIO:

- a) Cópia Autenticada do Contrato Social com todas as alterações ou a última alteração consolidada ou por transformação transcrita na íntegra, Estatuto ou Ata de reunião dos sócios (neste caso não precisará repetir a apresentação do mesmo na habilitação);
- Observação:** Se a Empresa for MEI – Microempreendedor Individual, deverá apresentar certificado que se enquadra como MEI, sendo dispensado a apresentação da Simplificada (item C abaixo), conforme IN 20/2013 do DREI (Junta Comercial). (Neste caso não precisará apresentar na habilitação).
- b) Apresentar documento oficial original com foto, para identificação do representante credenciado, ou COPIA AUTENTICADA (ORIGINAL que será devolvido ao licitante);
- c) **Apresentar Certidão Simplificada Atualizada**, para fins de comprovação das alterações contratuais e demais documentos arquivados. (Neste caso não precisará repetir a apresentação da mesma na habilitação);
- d) **Apresentar Termo de adesão ao Sistema de Pregão Eletrônico da BNC** (Anexo V)

### 3.9 Para comprovação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o licitante deverá apresentar:

- a) Declaração devidamente assinada por pessoa responsável de que a empresa é micro ou empresa de pequeno porte na qual menciona que faz jus ao benefício contido na Lei Complementar 123/2006.





### **3.10 Declaração de Habilitação (Anexo II);**

3.10.1 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante;

3.10.2 Cada credenciado poderá representar apenas um licitante, sob pena de desclassificação, salvo se representar empresas que não concorram (não cotem) para o mesmo Item do Processo Licitatório;

3.10.3 Caso seja comprovado na Abertura das Propostas que as empresas representadas pelo mesmo credenciado, cotaram igualmente 01 (um) ou mais Itens do Processo Licitatório em curso, estas Empresas terão suas propostas automaticamente desclassificadas em todos os itens;

3.10.4 Poderá representar o licitante qualquer pessoa habilitada nos termos do estatuto ou contrato social, ou mediante instrumento de procuração público ou particular;

3.10.5 A incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o seu representante de se manifestar e praticar qualquer dos atos inerentes ao procurador da empresa durante a sessão.

3.10.6 Ficam impedidos de participar da presente licitação todos aqueles que se enquadrar em algum dos itens elencados no artigo 9º da Lei 8.666/93.

## **4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.





## 5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 - Valor unitário

5.1.2 - Marca;

5.1.3 - Fabricante;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.6 O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

## 6. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.







6.2.3 A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.

6.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada





somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.25 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

6.27 Havendo eventual empate entre as propostas ou lances o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- a) no país;
- b) por empresas brasileiras;





c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.28 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.29.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.29.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 horas (*duas horas*), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.30 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.





7.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

7.7 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo

Pregoeiro.

7.7.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.2 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

7.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual





ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1 A proponente deverá enviar eletronicamente os seguintes documentos de "HABILITAÇÃO":

8.1.1 Declaração de Habilitação (Anexo II) - Quando apresentar no credenciamento não precisa apresentar na Habilitação;

8.1.2 Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação (Anexo III);

8.1.3 Declaração de Cumprimento ao Disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal (Anexo IV);

8.1.4 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seu objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

### 8.2 Habilitação Jurídica:

8.2.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

8.2.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social com todas as alterações ou a última alteração consolidada, ou por transformação transcrita na integralidade devidamente registrado/autenticado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

8.2.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

8.2.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.5 **Apresentar Certidão Simplificada atualizada**, para fins de comprovação das alterações contratuais. (Se apresentar no CREDENCIAMENTO não precisará repetir a apresentação da mesma na habilitação).

### 8.3 Regularidade Fiscal:

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). [http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva\\_solicitacao.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp)

8.3.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Ex: [www.sintegra.gov.br](http://www.sintegra.gov.br)).

8.3.3 Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, Tributos Federais e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"





da Certidão o seu prazo de validade.  
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSPPO/Certidao/CndConjuntaInter/nformaNICertidao.asp?Tipo=1>

8.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

<https://tributario.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtaCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx>

8.3.5 Certidão Negativa Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade. *(site relativo ao município da sede do licitante).*

8.3.6 As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

8.3.7 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>

8.3.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)/TST, (instituída pela Lei 12.440/2011), com data da emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

<http://www.tst.jus.br/certidao>

#### 8.4 Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma.

8.4.1.1 A Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, somente será válida se apresentada juntamente com a respectiva Certidão de Registros Cadastrados no sistema e-Proc. <https://certeproc1q.tjsc.jus.br>

**Observação: As empresas em recuperação judicial, devem apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.**

**8.4.2 Comprovação de possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) da contratação,** admitida a sua atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais e demonstrado mediante apresentação de memória de cálculo. A comprovação será obrigatoriamente realizada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, em consonância com o artigo 31 § 3º da Lei 8.666/93.





## 8.5 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.5.1 Apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica** (da empresa licitante) emitido por órgão de direito público ou privado compatível em característica com o objeto da presente licitação conforme itens e quantitativos abaixo.

Obs.: Não será considerado/aceito Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa participante do certame.

- a) Substituição de hidrômetros com quantitativo mínimo de 1.000 unidades.
- b) Corte e/ou religação no cavalete com quantitativo mínimo de 700 unidades.
- c) Deslocamento no cavalete com quantitativo mínimo de 50 unidades.
- d) Corte e/ou religação no ramal com quantitativo mínimo de 10 unidades.
- e) Recomposição de pavimento em passeio público com quantitativo mínimo de 200 m<sup>2</sup>.
- f) Recomposição de pavimento asfáltico com quantitativo mínimo de 10m<sup>3</sup>.
- g) Recomposição de pavimento em lajotas, paver ou paralelepípedo com quantitativo mínimo de 100m<sup>2</sup>.

8.5.2 Apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica** (do profissional) emitido por órgão de direito público ou privado compatível em característica com o objeto da presente licitação conforme itens abaixo.

- a) Substituição de hidrômetros.
- b) Corte e/ou religação no cavalete.
- c) Deslocamento no cavalete.
- d) Corte e/ou religação no ramal.
- e) Fiscalização de unidade consumidora.
- f) Execução de novas ligações de água.
- g) Recomposição de pavimento em passeio público.
- h) Recomposição de pavimento asfáltico.
- i) Recomposição de pavimento em lajotas, paver ou paralelepípedo.

8.5.3 Certificado de Registro de Pessoa física junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, compatível com o objeto da licitação;

8.5.4 No caso de empresa com domicílio ou sede em outro Estado, a empresa vencedora providenciará o visto do CREA/SC ou CAU/SC em até 10 (dez) dias após o término da sessão;

8.5.5 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente, com a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa de direito público ou privado compatível com o objeto licitado; Obs.: Não será aceito Atestado Técnico subscrito pela própria empresa participante do certame;

8.5.6 Certidão de Acervo Técnico (do profissional responsável pelos serviços), compatíveis com o objeto da licitação;

8.5.7 O profissional deverá fazer parte do quadro da proponente na data prevista





para a entrega da proposta, sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma: a) se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho; b) se prestador de serviços: através de Contrato de Prestação de Serviço; c) se sócio da empresa: através de cópia do contrato social registrado na junta comercial;

d) se profissional autônomo: declaração do profissional, com firma reconhecida, informando que é autônomo e se responsabilizará pela execução dos serviços;

8.5.8 Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

8.5.9 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

8.5.10 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.5.11 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

## **9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.





9.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA HABILITAÇÃO DA VENCEDORA**

10.1 A empresa vencedora deverá encaminhar os documentos de habilitação, conforme cadastrados na plataforma do sistema em até 72 horas úteis, ou seja 03 (três dias), após término da sessão no sistema eletrônico, para o departamento de Compras e Licitações

10.2 A documentação poderá ser entregue direto no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura do Município de Navegantes, situada na Rua João Emílio, 100 – Centro – CEP: 88370-446 – Navegantes – SC, ou enviada pelo correio para o endereço:

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
HABILITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 229/2022  
RUA JOÃO EMILIO, Nº 100 – CENTRO - NAVEGANTES - SC  
CEP 88.370-446**

10.3 O não cumprimento deste, acarretará na inabilitação da empresa vencedora.

10.4 O prazo se inicia após o termino da sessão no sistema eletrônico e será comprovado através do carimbo postal, no caso de a documentação vir via correio.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, **pelo Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também **pelo Portal Bolsa Nacional de Compras –**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



**BNC**, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DAS PENALIDADES**

12.1 O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual;

12.2 À CONTRATADA, se recusar a fornecer/entregar os produtos ao MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do (s) valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93;

12.3 Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93;

12.4 A inexecução parcial ou total do Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

12.5 À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste;

12.6 A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editais e contratuais;

12.7 Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas neste Contrato;

12.8 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço;

12.9 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito sejam decorrentes destas ou de qualquer outro contrato seu com o município, ou cobrados judicialmente;

12.10 A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, inclusive não apresentar amostra/certificados ou apresentá-los em desacordo com o descrito no edital (quando for o caso), ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:







a) Multa de 15% a 20% sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do licitante;

b) Em caso de reincidência poderá ser aberto o procedimento administrativo para Impedir de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Navegantes, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

**12.11 Será aplicada a Lei Municipal nº 3.532/2021, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.**

**12.12 É vedado a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, conforme Lei nº 13.709/2018.**

### **13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

13.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

13.2 A impugnação deverá ser realizada no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC, a qual será recebida, examinada e submetida à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

13.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

13.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, **por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital ou pelo Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC.**

13.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

### **14. DO PRAZO CONTRATUAL, DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

14.1 O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura por 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação nos termos da legislação vigente, e mediante livre negociação entre as partes;

14.1 Os serviços, objetos do presente deverão ser prestados/executados pela CONTRATADA, por meio próprio diretamente no local estabelecido em cronograma definido pela Secretaria de Saneamento do município de Navegantes em até 12 (doze) horas após a emissão da ordem de serviços.

14.2 A contratada deverá manter um escritório e ou base operacional no município de Navegantes/SC.





14.3 Os serviços prestados/executados se darão de forma parcelada e o Regime de Execução será indireto, de acordo com as necessidades do Município de Navegantes/SC.

14.5 Após os execução dos serviços, a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura acompanhada por relatório contendo relação dos serviços fornecidos/entregues, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital;

14.6 Todos os serviços deverão atender a todas as características estabelecidas neste Edital;

14.7 Os serviços, serão constantemente acompanhados, durante fornecimento/entrega, para verificação de sua conformidade com as especificações do Município de Navegantes/SC e da Secretaria Municipal solicitante;

14.8 Uma vez estando comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, confirmando-se os serviços fornecidos/entregues, serão recebidos definitivamente, mediante assinatura do encarregado do setor de materiais externos, na Nota Fiscal.

## **15. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

15.1 O prazo para pagamento será efetuado da seguinte forma: em **30 (TRINTA)** dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada por servidor ou comissão designado para o acompanhamento e fiscalização do Contrato, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

**15.2 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM 30 (TRINTA) DIAS DE ACORDO COM O FORNECIMENTO/ENTREGA DOS SERVIÇOS;**

15.3 E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo;

15.4 O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de conta corrente previamente cadastrada pela contratada, perante esta Administração Pública Municipal;

15.5 Todos os serviços deverão atender a todas as características estabelecidas no Contrato;

15.6 Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os serviços fornecidos/entregues, serão recebidos definitivamente, mediante assinatura do responsável na Nota Fiscal;

15.7 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto nacional do Seguro social - INSS e o FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

**15.8 NÃO HAVERÁ SOB-HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO;**

15.9 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado no





sistema eletrônico, constante ainda da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz;

15.10 A contratada deverá emitir a nota fiscal com o CNPJ conforme os dados constantes na Autorização do Fornecimento enviada pela Secretaria Solicitante contendo detalhamento dos itens, quantidades, valores unitários e totais, bem como **a marca e o modelo (quando couber)**, deve conter nº da Autorização de Fornecimento (AF) ou empenho e dados bancários para pagamento, conforme Instrução Normativa nº 002.2021.

15.11 Os recursos para pagamento serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob número abaixo descrito:

02.021.17.512.0012.2039.3.3.90/1500.4.000 (171).

## 16. DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

16.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas;

16.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇOS, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

16.3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art.65 da Lei nº8666 de 1993;

16.4 A CONTRATADA é obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que fizeram necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato;

16.5 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

**OBS:** Somente será possível a realização de aditivo contratual nos termos do art.65 §1º da Lei nº8666/93 dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município de Navegantes/SC pelo infrator:

17.1.1 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

17.1.2 Multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor das propostas apresentadas pela proponente;





**17.1.3 Suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;**

**17.1.4 Impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;**

**17.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública.**

**17.2** A aplicação das penalidades ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

**17.3** Em conformidade com o art. 7º da Lei 10.520/02 ficarão impedidas de licitar com o Município de Navegantes/SC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, as licitantes que:

- a) Ensejarem o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- b) Não mantiverem a proposta, injustificadamente;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Fizerem declaração falsa;
- e) Cometerem fraude fiscal;
- f) Falharem ou fraudarem na execução do contrato;
- g) Não celebrarem o contrato dentro do prazo de validade da proposta;
- h) Apresentar documentação falsa.

**17.4** Pelos motivos que seguem, principalmente, os licitantes vencedores estarão sujeitos às penalidades tratadas na condição anterior:

- a) Pela prestação/execução dos serviços, desconforme com o especificado e aceito;
- b) Pela não substituição, no prazo estipulado, dos serviços.
- c) Pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão.

**17.5** Além das penalidades citadas, as licitantes vencedoras ficarão sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93.

**17.6** Comprovado impedimento ou reconhecida força maior devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, em relação a um dos motivos mencionados anteriormente, os licitantes vencedores poderão ficar isentos das penalidades mencionadas.

## **18. DA PUBLICAÇÃO**

**18.1** A Publicação será providenciada conforme normas da Legislação Vigente, nos termos do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, e divulgada no portal da internet [www.navegantes.sc.gov.br/licitacao](http://www.navegantes.sc.gov.br/licitacao) e no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC <https://bnc.org.br/>





## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1 A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovadas ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação;

19.2 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas o Município de Navegantes/SC, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

19.3 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação;

19.3.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

19.4 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo. *“Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.”* De acordo com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

19.5 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

19.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Prefeitura do Município de Navegantes/SC;

19.7 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;







19.8 As proponentes intimadas para fornecer quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

19.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

19.10 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

19.11 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

19.12 O Município de Navegantes/SC, reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas, desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências do presente Edital, dispensar formalidades omitidas, ou relevar irregularidades sanáveis;

19.13 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário;

19.14 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro através do e-mail [keila.fernandes@navegantes.sc.gov.br](mailto:keila.fernandes@navegantes.sc.gov.br), [carla.claudino@navegantes.sc.gov.br](mailto:carla.claudino@navegantes.sc.gov.br) ou [roseli.goncalves@navegantes.sc.gov.br](mailto:roseli.goncalves@navegantes.sc.gov.br) por escrito e protocolado junto ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura do Município de Navegantes, sito a Rua João Emílio nº 100 – Centro – CEP 88370-446 – Navegantes – SC, em dias úteis, no horário de expediente, das 13h às 19h;

19.15 Os casos omissos serão decididos e resolvidos pelos membros da Comissão de Licitação em conformidade com as disposições constantes na(s) Lei(s) nº 8.666/93 e nº 10520/02 citada no preâmbulo deste Edital, e dos princípios gerais de direito público;

19.16 O Município de Navegantes/SC, poderá tolerar o não cumprimento de alguma exigência de caráter eminentemente burocrático, descrita no presente Edital, desde





que tal tolerância venha em defesa dos interesses do Município de Navegantes/SC e não se constitua num desvio substancial da proposta;

19.17 O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro, ou seja, o Foro da Comarca de Navegantes/SC.

19.18 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

19.19 A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital;

19.20 Para o conhecimento público expede-se o presente Edital, que é publicado no site oficial do Município de Navegantes e no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC <https://bnc.org.br/>

Navegantes, 13 de janeiro de 2023.

**VALÉRIO CESAR GONZAGA DE CAMPOS**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"





Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

**DADOS DO PROPONENTE**

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo:

CNPJ:

Telefone: E-mail:

**VALIDADE DA PROPOSTA:** (não inferior a 60 dias corridos):

**PRAZO PARA ENTREGA:**

**GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS:** Mínima de 01 (um) ano.

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:** Em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega, mediante emissão de nota fiscal).

**LOCAL PARA ENTREGA:**

**LOCAL MAIS PRÓXIMO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

LOCAL/DATA \_\_\_\_\_

Agência Bancaria nº \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_

Conta-Corrente nº \_\_\_\_\_

**ASSINATURA E CARIMBO DO PROPONENTE**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Modelo)

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita sob o CNPJ nº: \_\_\_\_\_, sediada  
na \_\_\_\_\_,  
município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, com o  
CEP \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que cumpre  
plenamente os requisitos d'o item 8 do Edital: Habilitação Jurídica, regularidade  
fiscal, qualificação econômica financeira e qualificação técnica, no processo  
licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posteriores..

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"





### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO (Modelo)

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita sob o CNPJ nº: \_\_\_\_\_, sediada  
na \_\_\_\_\_,  
município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, com o  
CEP \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que até a presente  
data inexistem fatos impeditivos para a sua HABILITAÇÃO no presente processo  
licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Modelo)

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu  
representante \_\_\_\_\_ legal, \_\_\_\_\_ sr(a).  
\_\_\_\_\_, portador(a) da  
Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V  
do art. 27 da lei 8.666/93, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,  
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz  
(\_\_\_\_\_).

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



**ANEXO V**  
**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA**  
**NACIONAL DE COMPRAS DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 229/2022 PMN**



**SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA**  
**NACIONAL DE COMPRAS “BNC” E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES**

<b>Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)</b>	
Nome:(Razão Social)	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	( ) ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Inscrição Municipal:	
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
e-mail financeiro:	
Informações Bancárias:	Banco:
Agência:	C/C:
<b><u>e-mail ( ) no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais</u></b>	

**\*o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras “BNC”, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
  - i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
  - ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
  - iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras “BNC”, dos quais declara ter





pleno conhecimento; iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e

3. **O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.**

4. **O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.**

5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_\_\_.

---

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)





**ANEXO VI  
MINUTA DE CONTRATO  
CONTRATO PMN – Nº XXX/2022**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DE  
SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETRO  
CORTE E RELIGAÇÃO DE CAVALETES DE  
RAMAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA**

**O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Navegantes, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza e pelo Secretário Municipal de Saneamento Básico, Sr. Valerio Cesar Gonzaga de Campos, nomeado através da Portaria nº 003 de 01 de janeiro de 2021, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ - Bairro \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo senhor \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA/FORNECEDORA, têm entre si justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto deste contrato, **PREGÃO ELETRÔNICO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMERCIAL EXTERNO, COMO AFERIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS, CORTE E RELIGAÇÃO DE CAVALETES E RAMAIS, DESLOCAMENTO DE CAVALETES E RAMAIS, SUPRESSÃO DE LIGAÇÕES, NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC.** Conforme Pregão Eletrônico nº 229/2022 PMN, a que corresponde este pacto, assim especificados:

**1.2 ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS.**

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	HIDRÔMETRO AFERIÇÃO	UNID.	50	56,10	2.805,00
2	SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO EM CAVALETE MONTADO	UNID.	10.000	37,61	376.100,00
3	CAVALETE CORTE	UNID.	7.000	19,56	136.920,00





4	CAVALETE RELIGAÇÃO	UNID.	7.000	18,22	127.540,00
5	CAVALETE DESLOCAMENTO	UNID.	500	139,10	69.550,00
6	RAMAL PREDIAL - DESLOCAMENTO	UNID.	240	216,78	52.027,20
7	RAMAL PREDIAL - CORTE	UNID.	100	61,48	6.148,00
8	RAMAL PREDIAL - REATIVAÇÃO	UNID.	100	60,13	6.013,00
9	SUPRESSÃO NO COLAR DE TOMADA	UNID.	100	143,13	14.313,00
10	RELIGAÇÃO NO COLAR DE TOMADA	UNID.	100	162,72	16.272,0
11	VERIFICAÇÃO DE FALTA DE ÁGUA	UNID.	100	26,47	2.647,00
12	FISCALIZAÇÃO DE UNIDADE CONSUMIDORA (FRADES, IRREGULARIDADES)	UNID.	100	26,47	2.647,00
13	LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 1" - SEM PAVIMENTAÇÃO	UNID.	50	349,47	17.473,50
14	LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 1" - EM PAVIMENTO DE PARALELEPÍPEDO, LAJOTA OU PAVER	UNID.	400	460,31	184.124,00
15	LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 1" - EM PAVIMENTO ASFÁLTICO	UNID.	50	535,16	26.758,00
16	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – LAJOTA OU PARALELEPIPEDO REGULAR	M²	2.000	67,18	134.360,00
17	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – PAVER	M²	500	61,46	30.730,00
18	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – PAVIMENTO EM PASSEIO PÚBLICOS	M²	500	66,12	33.060,00
19	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – ASFALTO (CBUQ)	M³	100	2.516,46	251.646,00
20	RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO	M	500	23,16	11.580,00
				Total	1.502.713,70



1.3 O presente contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Navegantes/SC a adquirir todos os serviços de acordo com as qualidades e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município, conforme consta no edital de Pregão Eletrônico nº 229/2022 PMN.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da execução, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus Anexos, os seguintes documentos:

- a) Edital Pregão nº 229/2022 – PMN e seus Anexos;
- b) Proposta de Preço da CONTRATADA;
- c) Ata de Reunião de Julgamento de Proposta;

2.2 Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA DOS SERVIÇOS.**

3.1 Os serviços, objetos do presente deverão ser prestados/executados pela CONTRATADA, por meio próprio diretamente no local estabelecido em cronograma definido pela Secretaria de Saneamento do município de Navegantes em até 12 (doze) horas após a emissão da ordem de serviços.

3.2 A contratada deverá manter um escritório e ou base operacional no município de Navegantes/SC.

3.3 Os serviços prestados/executados se darão de forma parcelada e o Regime de Execução será indireto, de acordo com as necessidades do Município de Navegantes/SC.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGENCIA**

4.1 O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura por 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação nos termos da legislação vigente, e mediante livre negociação entre as partes;

4.2 Os Serviços que não forem prestados/executados deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade da prestação/execução dos serviços pelo Município de Navegantes/SC, não podendo se falar em perdas e danos

## **CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

5.1 O extrato do Presente Contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, no parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993 e divulgada no portal da internet [www.navegantes.sc.gov.br/licitacao](http://www.navegantes.sc.gov.br/licitacao)

## **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR**

6.1 O preço para a execução do objeto do Contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC,





6.2 O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas, impostos e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

6.3 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.4 Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses.

6.5 Havendo prorrogação contratual, que estenda a vigência do contrato por prazo superior a 12 (doze) meses, poderá ser reajustado pelo IPCA, aplicado a partir da data de apresentação da proposta na forma do art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93.

6.6 O valor do Contrato poderá sofrer acréscimo ou supressão nos termos do Art.65, limitando-se o percentual ao previsto no § 1º do mesmo, ou seja, o limite de 25%.

#### **CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

7.1 O recebimento do objeto dar-se-á conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da lei nº 8.666/93.

7.2 O objeto contratado será recebido:

a) Provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação, proferida pelo fiscal do contrato, da conformidade com as especificações;  
b) Definitivamente, em 10 (dez) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação do fiscal do contrato, feita a análise da conformidade com vistas às especificações contidas, no termo de referência do Edital.

7.2.1 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços fornecidos estão em desacordo com a proposta, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação;

7.2.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento;

7.2.3 Se houver recusa do objeto, no todo ou em parte, a EMPRESA FORNECEDORA deverá proceder à substituição, sem qualquer ônus para o Município dentro de prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

7.2.4 A empresa fornecedora efetuará a qualquer tempo e sem ônus para o Município, a substituição de todo material que apresentar imperfeições, defeito de fabricação/produção, qualquer irregularidade ou divergência com as especificações constantes no Termo de Referência do Edital, ainda que constatados depois do recebimento e/ou pagamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

8.1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (trinta) dias após o fornecimento/entrega dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura e respectiva liquidação, acompanhada de relatório do fornecimento/entrega dos serviços, emitido pela Secretaria competente, devidamente atestada pelo responsável





do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Contrato;

**8.2 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM 30 (TRINTA) DIAS DE ACORDO COM A ENTREGA DOS SERVIÇOS;**

8.3 E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo;

8.4 O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA/FORNECEDORA, através de conta corrente previamente cadastrada pela contratada, perante esta Administração Pública Municipal;

8.5 Todos os serviços deverão atender a todas as características estabelecidas no Contrato;

8.6 Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os serviços fornecidos/entregues, serão recebidos definitivamente, mediante assinatura do responsável na Nota Fiscal;

8.7 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

**8.8 NÃO HAVERÁ SOB-HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO;**

8.9 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA/FORNECEDORA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado no sistema eletrônico, constante ainda da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz;

8.10 A contratada deverá emitir a nota fiscal com o CNPJ conforme os dados constantes na Autorização do Fornecimento enviada pela Secretaria Solicitante contendo detalhamento dos itens, quantidades, valores unitários e totais, bem como **a marca e o modelo (quando couber)**, deve conter nº da Autorização de Fornecimento (AF) ou empenho e dados bancários para pagamento, conforme Instrução Normativa nº 002.2021.

8.11 Os recursos para pagamento serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob número abaixo descrito:

02.021.17.512.0012.2039.3.3.90/1500.4.000 (171).

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES**

9.1 A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução deste Contrato e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

9.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

9.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

9.4 A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da





prestação dos serviços por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo o Município de Navegantes de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

10.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade dos serviços prestados/executados;
- b) efetuar o pagamento dos serviços prestados/executados na época de sua exigibilidade;

10.1 Rejeitar os serviços que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações;

10.2 Aplicar à(s) CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇO(s) vencedora(s) as sanções administrativas previstas na legislação vigente;

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução da presente ATA, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇO

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / FORNECEDORA**

11.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- b) manter, durante o contrato, todas as exigências contidas na Ordem de Serviços bem como no contrato;
- d) manter, durante todo o prazo do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente termo. (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- e) corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93.
- f) responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, Previdenciárias, trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho.
- g) responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão de execução dos serviços.
- h) Disponibilizar número de telefones, whatsapp, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Navegantes/SC e Secretarias Solicitantes, para efetivação dos pedidos durante o período contratual.
- i) Os serviços deverão ser prestados/executados em perfeitas condições de uso.
- j) Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto deste Termo de Referência,
- k) Executar diretamente o fornecimento, inclusive a garantia, sem transferência**







**de responsabilidade ou subcontratação;**

- l) Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto no contrato;
- m) Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à prestação/execução dos serviços em questão;
- n) Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de referência.
- o) O proponente será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de transporte inadequado ou feita sem os devidos cuidados.**
- p) Pagar todas as despesas oriundas do contrato, inclusive encargos trabalhistas e fretes.
- q) Fornecer os EPI'S aos funcionários e fiscalizar diariamente a utilização dos mesmos, sob risco de aplicação de penalidade.
- r) A alimentação deverá ser por conta da contratada
- s) A contratada deverá fornecer todas as ferramentas necessárias para o bom atendimento dos serviços a serem executados.
- t) A distribuição diária dos funcionários e ferramentas nos postos de trabalho através de veículos (com custo da contratada) deverá ser por conta da contratada.
- u) Os funcionários deverão executar suas funções uniformizados e equipados com EPI's adequados as funções.
- v) A empresa deverá ter encarregados de Serviços, que se reportará diariamente a Secretária de Saneamento Básico para recolher autorizações de serviços a serem executados.**
- w) A proponente deverá oferecer garantia no ato da entrega dos serviços prestados/executados.**
- x) As solicitações deverão ser atendidas em até 12(doze) horas após a solicitação do contratante, pois as solicitações acontecerão de forma fracionada, conforme as necessidades do contratante, esta cláusula contempla somente serviços a serem programados previamente.**
- y) A CONTRATADA será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à fiscal, social, trabalhista, comercial e tributária, bem como pelos eventuais acidentes, danos e prejuízos que a qualquer título causar ao CONTRATANTE, ao meio ambiente e / ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.
- z) A CONTRATADA será a única responsável pelos serviços descritos no Termo de Referência, estando o Município isento de qualquer responsabilidade sobre os mesmos, devendo a CONTRATADA possuir seguro sobre todo o objeto contratado, seja de natureza civil, patrimonial/material ou por danos morais.
- aa) É vedado a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, conforme Lei nº 13.709/2018.
- bb) Será aplicada a Lei Municipal nº 3.532/2021, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.





## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

12.1 Os serviços, fornecidos/entregues de forma irregular deverão ser substituídos às expensas da empresa vencedora;

12.2 A empresa será responsável por eventuais danos causados ao Município de Navegantes/SC, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência por seus empregados, aos serviços eventualmente em desacordo com a qualidade, quantidade, prazo de entrega/fornecimento;

12.3 Toda e qualquer despesa relativa à a serviços dos serviços correrá às expensas do licitante vencedor, sendo sua obrigação fornecer/entregar os serviços em perfeitas condições de consumo/uso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.**

13.1 A empresa contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos serviços entregues e fornecidos incompatíveis com as especificações do Termo de Referência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**13.2 Os serviços deverão estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas vigentes PERTINENTES A CADA ITEM, em conformidade com o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90).**

13.3 Os itens considerados inadequados ou não atenderem às exigibilidades, deverão ser recompostos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

13.3.1- Entende-se por serviços inadequado(s) aquele que apresentar: inferior qualidade, fora das especificações exigidas neste Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

14.1 O acompanhamento da execução deste Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saneamento Básico, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

- I. Fiscalizar e atestar a recebimento/entrega dos serviços, com a emissão de relatórios de aprovação e declaração de compatibilidade com as condições estabelecidas no Edital;
- II. Comunicar eventuais falhas no recebimento/entrega dos serviços, cabendo à CONTRATADA/FORNECEDORA adotar as providências necessárias;
- III. Garantir à CONTRATADA/FORNECEDORA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o recebimento/entrega dos serviços;
- IV. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.





14.3 A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA pela completa e perfeita execução do objeto contratual;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES**

15.1 O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual;

15.2 À CONTRATADA, se recusar a fornecer/entregar os produtos ao MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do (s) valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93;

15.3 Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93;

15.4 A inexecução parcial ou total do Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

15.5 À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste;

15.6 A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editais e contratuais;

15.7 Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas neste Contrato;

15.8 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço;

15.9 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito sejam decorrentes destas ou de qualquer outro contrato seu com o município, ou cobrados judicialmente;

15.10 A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, inclusive não apresentar amostra/certificados ou apresentá-los em desacordo com o descrito no edital (quando for o caso), ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de 15% a 20% sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do licitante;

b) Em caso de reincidência poderá ser aberto o procedimento administrativo para Impedir de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Navegantes, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.





**15.11** Será aplicada a Lei Municipal nº 3.532/2021, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

**15.12** É vedado a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, conforme Lei nº 13.709/2018.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

16.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas;

16.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇOS, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

16.3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art.65 da Lei nº 8666 de 1993;

16.4 A CONTRATADA é obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que fizeram necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato;

16.5 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

17.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades elencadas nos termos do edital e do artigo 77 da lei 8.666/93, ensejará também a sua rescisão, conforme diretrizes contidas no Art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93;

17.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93;

17.3 Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA/FORNECEDORA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 A CONTRATADA/FORNECEDORA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo;

18.2 Compete ao Município de Navegantes/SC à gestão do presente contrato;

18.3 Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos;







18.4 Aplicam-se a este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

18.5 Os casos omissos serão decididos e resolvidos pelo pregoeiro e equipe de apoio em conformidade com as disposições constantes na (s) Lei (s) nº 8.666/93 e nº 10520/02 citada no preâmbulo do Edital, e dos princípios gerais de direito público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA TOLERÂNCIA**

19.1 Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos serviços e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

20.1 As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Navegantes, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, **MUNICÍPIO** e **CONTRATADA/FORNECEDORA**, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Navegantes, xx de xxx de 2023.

EM BRANCO

EM BRANCO

**LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA**  
Prefeito Municipal de Navegantes

**Valerio Cesar Gon. de Campos**  
Secretário Mun de **Saneamento Básico**

EM BRANCO

**CONTRATADO**  
CNPJ:

Testemunhas:

EM BRANCO

EM BRANCO

XXXXXXXXXX  
CPF

XXXXXXXXXX  
CPF







## ANEXO VII TERMO DE REFERÊNCIA

**1. OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMERCIAL EXTERNO, COMO AFERIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS, CORTE E RELIGAÇÃO DE CAVALETES E RAMAIS, DESLOCAMENTO DE CAVALETES E RAMAIS, SUPRESSÃO DE LIGAÇÕES, NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC.**

**1.2. ESPECIFICAÇÕES/QUANTIDADES/VALORES:**

Item Quantidade Unid. Descrição abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	HIDRÔMETRO AFERIÇÃO	UNID.	50	56,10	2.805,00
2	SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO EM CAVALETE MONTADO	UNID.	10.000	37,61	376.100,00
3	CAVALETE CORTE	UNID.	7.000	19,56	136.920,00
4	CAVALETE RELIGAÇÃO	UNID.	7.000	18,22	127.540,00
5	CAVALETE DESLOCAMENTO	UNID.	500	139,10	69.550,00
6	RAMAL PREDIAL - DESLOCAMENTO	UNID.	240	216,78	52.027,20
7	RAMAL PREDIAL - CORTE	UNID.	100	61,48	6.148,00
8	RAMAL PREDIAL - REATIVAÇÃO	UNID.	100	60,13	6.013,00
9	SUPRESSÃO NO COLAR DE TOMADA	UNID.	100	143,13	14.313,00
10	RELIGAÇÃO NO COLAR DE TOMADA	UNID.	100	162,72	16.272,0
11	VERIFICAÇÃO DE FALTA DE ÁGUA	UNID.	100	26,47	2.647,00
12	FISCALIZAÇÃO DE UNIDADE CONSUMIDORA (FRALDES, IRREGULARIDADES)	UNID.	100	26,47	2.647,00
13	LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 1" - SEM PAVIMENTAÇÃO	UNID.	50	349,47	17.473,50
14	LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 1" - EM PAVIMENTO DE	UNID.	400	460,31	184.124,00



	PARALELEPÍPEDO, LAJOTA OU PAVER				
15	LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 1" - EM PAVIMENTO ASFÁLTICO	UNID.	50	535,16	26.758,00
16	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – LAJOTA OU PARALELEPIPEDO REGULAR	M²	2.000	67,18	134.360,00
17	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – PAVER	M²	500	61,46	30.730,00
18	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – PAVIMENTO EM PASSEIO PÚBLICOS	M²	500	66,12	33.060,00
19	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – ASFALTO (CBUQ)	M³	100	2.516,46	251.646,00
20	RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO	M	500	23,16	11.580,00
				Total	1.502.713,70

## 1.2 DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

### ITEM 01 - AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO

A atividade consiste na mobilização de equipe e equipamentos, quando necessários, para a verificação, inspeção e retirada de hidrômetro de diversos modelos e dimensões para calibração verificação conforme informações disponibilizadas em portaria e legislações vigentes, como as constantes na Portaria 246/2000 do INMETRO. O serviço também pode ser realizado por laboratório de ensaio metrológico capacitado e que apresente ensaios conforme os solicitados em legislações e portarias vigentes, como citado na Portaria 246/2000 do INMETRO. Os ensaios devem ser realizados por profissionais técnicos habilitados, que devem emitir o laudo de aferição do hidrômetro. No laudo de Aferição devem conter no mínimo informações: Fotos da retirada e do estado do hidrômetro antes da retirada ou ensaio, bem como foto da localização do mesmo; informações técnicas do hidrômetro, localização do hidrômetro (endereço do local), resultados gráficos e tabelas com os resultados de aferição; ensaios realizados; legislações, portarias e



normativas seguidas; equipe participante da aferição com os cargos técnicos que ocupam; data e horário da realização dos ensaios; conclusão da aferição; assinatura do profissional técnico responsável pela aferição e emissão do laudo, bem como demais informações complementares que forem necessárias para especificar a situação do objeto em análise. Este laudo deve ser entregue em formato digital. Na retirada do Hidrômetro do local e enquanto forem realizadas as atividades de aferição deve ser instalado um Hidrômetro substituto no local, permitindo o abastecimento normal do consumidor. Para a realização dos serviços estão inclusos todos os encargos e demais despesas para a execução completa do serviço e entrega do laudo.

A empresa licitante pode optar por laboratório terceirizado ou da própria contratada, e deverá ser apresentado documento de capacidade técnica do laboratório e de que este realizará os serviços técnicos para a empresa contratada. Em caso de ambas as situações ambos os documentos devem ser apresentados junto ao envelope de habilitação.

## **ITEM 02 – SUBSTITUIÇÃO OU INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO EM CAVALETE MONTADO**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização quando necessário caberá a contratada.
- Identificação da unidade a ser instalada ou substituída através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar a instalação ou substituição do hidrômetro, e também dos lacres antifraudes e dos anéis de vedação quando houver necessidade, sendo os materiais hidráulicos assim como o hidrômetro, fornecidos pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar a leitura do hidrômetro a ser substituído assim como do novo, e informar na ordem de serviço.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível do início da obra.
- Remoção da sinalização, deverá ser executada após o término da intervenção.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

## **ITEM 03 – CAVALETE CORTE**

O serviço consiste nas seguintes etapas;





- Sinalização quando necessário caberá a contratada.
- Identificação da unidade através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar a suspensão do fornecimento de água, através de inserção de obturador no cavalete, assim como substituir os lacres antifraude por lacres específico de água cortada, sendo os materiais hidráulicos, fornecidos pelo CONTRATANTE.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível do início da obra.
- Remoção da sinalização, deverá ser executada após o término da intervenção.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

#### **ITEM 04 - CAVALETE – RELIGAÇÃO**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização quando necessário caberá a contratada.
- Identificação da unidade através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar a religação, através da remoção de obturador, assim como substituir os lacres antifraude de água cortada, sendo os materiais hidráulicos, fornecidos pelo CONTRATANTE.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível do início da obra.
- Remoção da sinalização, deverá ser executada após o término da intervenção.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

#### **ITEM 05 – CAVALETE DESLOCAMENTO**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização quando necessário caberá a contratada.
- Identificação da unidade a ser deslocada através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar o deslocamento de cavalete, quando o mesmo estiver no alinhamento vertical em relação a antiga posição, e ou até 50cm para ambos os lados, sendo os materiais hidráulicos, fornecidos pelo CONTRATANTE.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível do início da obra.
- Remoção da sinalização, poderá ser executada após o término da intervenção.
- O transporte do material não reaproveitável (bota fora) é de responsabilidade da contratada e deverá ser despejado em local indicado pelo contratante. Fica expressamente proibido o transporte deste material para qualquer outro local.





- O material para preenchimento de vala será fornecido pelo contratante, sendo o transporte responsabilidade da contratada.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

#### **ITEM 06 - RAMAL PREDIAL – DESLOCAMENTO**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização quando necessário caberá a contratada.
- Identificação da unidade a ser deslocada através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar o deslocamento de ramal, quando o mesmo estiver entre 0,51m à 2m do alinhamento vertical em relação a antiga posição, e a cima de 2,01m o mesmo deverá ser acrescido de uma supressão de ligação, sendo os materiais hidráulicos, fornecidos pelo CONTRATANTE.
- Remoção de pavimento quando existente. Quando o material da via ou passeio for asfáltico ou cimentado, caberá a contratada o transporte deste material até o local designado pelo CONTRATANTE. Em casos de pavimentos como lajotas, pavers, paralelepípedos, ou outros possíveis de reaproveitamento, deverá ser acondicionado de forma organizada e segura, preferencialmente em passeio público, com critério de segurança dos pedestres e dos materiais sem prejudicar o trânsito tanto de pedestres quanto de veículos.
- Escavação mecanizada ou manual da vala. Quando não for possível o reaproveitamento do material, todo este em processo de descarte deverá ser colocados diretamente em caminhão basculante e transportado até local indicado pelo CONTRATANTE.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível do início da obra.
- Remoção da sinalização, deverá ser executada após o término da intervenção.
- O transporte do material não reaproveitável (bota fora) é de responsabilidade da contratada e deverá ser despejado em local indicado pelo contratante. Fica expressamente proibido o transporte deste material para qualquer outro local.
- O material para preenchimento de vala será fornecido pelo contratante, sendo o transporte responsabilidade da contratada.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

#### **ITEM 07 – RAMAL PREDIAL – CORTE**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização quando necessário caberá a contratada.
- Identificação da unidade a ser cortada através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar a suspensão do fornecimento de água, através de inserção de obturador no ramal, assim como substituir os lacres antifraude





por específico de água cortada, sendo os materiais hidráulicos, fornecidos pelo CONTRATANTE.

- Remoção de pavimento quando existente. Quando o material da via ou passeio for asfáltico ou cimentado, caberá a contratada o transporte deste material até o local designado pelo CONTRATANTE. Em casos de pavimentos como lajotas, pavers, paralelepípedos, ou outros possíveis de reaproveitamento, deverá ser acondicionado de forma organizada e segura, preferencialmente em passeio público, com critério de segurança dos pedestres e dos materiais.
- Escavação mecanizada ou manual da vala. Quando não for possível o reaproveitamento do material, todo este em processo de descarte deverá ser colocados diretamente em caminhão basculante e transportado até local indicado pelo CONTRATANTE.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível do início da obra.
- Remoção da sinalização, poderá ser executada após o término da intervenção.
- O transporte do material não reaproveitável (bota fora) é de responsabilidade da contratada e deverá ser despejado em local indicado pelo contratante. Fica expressamente proibido o transporte deste material para qualquer outro local.
- O material para preenchimento de vala será fornecido pelo contratante, sendo o transporte responsabilidade da contratada.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

#### **ITEM 8 – RAMAL PREDIAL – REATIVAÇÃO**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização quando necessário caberá a contratada.
- Identificação da unidade a ser religada através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar a religação, através da remoção de obturador, assim como substituir os lacres antifraude de água cortada, sendo os materiais hidráulicos, fornecidos pelo CONTRATANTE.
- Remoção de pavimento quando existente. Quando o material da via ou passeio for asfáltico ou cimentado, caberá a contratada o transporte deste material até o local designado pelo CONTRATANTE. Em casos de pavimentos como lajotas, pavers, paralelepípedos, ou outros possíveis de reaproveitamento, deverá ser acondicionado de forma organizada e segura, preferencialmente em passeio público, com critério de segurança dos pedestres e dos materiais.
- Escavação mecanizada ou manual da vala. Quando não for possível o reaproveitamento do material, todo este em processo de descarte deverá ser colocado diretamente em caminhão basculante e transportado até local indicado pelo CONTRATANTE.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível antes do início da obra.

- Remoção da sinalização, poderá ser executada após o término da intervenção.
- O transporte do material não reaproveitável (bota fora) é de responsabilidade da contratada e deverá ser despejado em local indicado pelo contratante. Fica expressamente proibido o transporte deste material para qualquer outro local.
- O material para preenchimento de vala será fornecido pelo contratante, sendo o transporte responsabilidade da contratada.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

## **ITEM 09 – SUPRESSÃO NO COLAR DE TOMADA**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização quando necessário caberá a contratada.
- Identificação da unidade a ser suprimida através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar a suspensão do fornecimento de água, através de supressão da ligação no colar de tomada, assim como hidrômetro e cavalete deve ser removido, e entregues ao CONTRATANTE, sendo os materiais hidráulicos, fornecidos pelo CONTRATANTE.
- Remoção de pavimento quando existente. Quando o material da via ou passeio for asfáltico ou cimentado, caberá a contratada o transporte deste material até o local designado pelo CONTRATANTE. Em casos de pavimentos como lajotas, pavers, paralelepípedos, ou outros possíveis de reaproveitamento, deverá ser acondicionado de forma organizada e segura, preferencialmente em passeio público, com critério de segurança dos pedestres e dos materiais.
- Escavação mecanizada ou manual da vala. Quando não for possível o reaproveitamento do material, todo este em processo de descarte deverá ser colocado diretamente em caminhão basculante e transportado até local indicado pelo CONTRATANTE.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível antes do início da obra.
- Remoção da sinalização, poderá ser executada após o término da intervenção.
- O transporte do material não reaproveitável (bota fora) é de responsabilidade da contratada e deverá ser despejado em local indicado pelo contratante. Fica expressamente proibido o transporte deste material para qualquer outro local.
- O material para preenchimento de vala será fornecido pelo contratante, sendo o transporte responsabilidade da contratada.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

## **ITEM 10 – RELIGAÇÃO NO COLAR DE TOMADA**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização quando necessário caberá a contratada.



- Identificação da unidade a ser religada através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar a religação, reconectando o ramal no colar de tomada, assim como instalar o cavalete, sendo os materiais hidráulicos, fornecidos pelo CONTRATANTE.
- Remoção de pavimento quando existente. Quando o material da via ou passeio for asfáltico ou cimentado, caberá a contratada o transporte deste material até o local designado pelo CONTRATANTE. Em casos de pavimentos como lajotas, pavers, paralelepípedos, ou outros possíveis de reaproveitamento, deverá ser acondicionado de forma organizada e segura, preferencialmente em passeio público, com critério de segurança dos pedestres e dos materiais.
- Escavação mecanizada ou manual da vala. Quando não for possível o reaproveitamento do material, todo este em processo de descarte deverá ser colocados diretamente em caminhão basculante e transportado até local indicado pelo CONTRATANTE.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível antes do início da obra.
- Remoção da sinalização, poderá ser executada após o término da intervenção.
- O transporte do material não reaproveitável (bota fora) é de responsabilidade da contratada e deverá ser despejado em local indicado pelo contratante. Fica expressamente proibido o transporte deste material para qualquer outro local.
- O material para preenchimento de vala será fornecido pelo contratante, sendo o transporte responsabilidade da contratada.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

## **ITEM 11 – VERIFICAÇÃO DE FALTA DE ÁGUA**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Identificação da unidade a ser inspecionada através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar a verificação de pressão e vazão com manômetros analógicos ou digitais.
- Quando constatado que o abastecimento está normal, o mesmo deverá ser informado ao usuário.
- Em casos de anormalidade no abastecimento, deverá ser imediatamente informado a equipe técnica da CONTRATANTE.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

## **ITEM 12 – FISCALIZAÇÃO DE UNIDADE CONSUMIDORA (FRALDES, IRREGULARIDADES)**

O serviço consiste nas seguintes etapas;





- Identificação da unidade a ser fiscalizada através de ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá realizar a fiscalização da unidade consumidora, em busca de fraldes e ou irregularidades.
- Quando constatada, deverá imediatamente informar a CONTRATANTE, que por sua vez adotará as medidas adequadas.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

### **ITEM 13 AO 15 – LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 1”**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização de trânsito e pedestres. Quando necessário caberá a contratada execução de passadicos como instrumentos de travessia de valas por pedestres, conforme normas técnicas vigentes.
- Remoção de pavimento quando existente. Quando o material da via ou passeio for asfáltico ou cimentado, caberá a contratada o transporte deste material até o local designado pelo CONTRATANTE. Em casos de pavimentos como lajotas, pavers, paralelepípedos, ou outros possíveis de reaproveitamento, deverá ser acondicionado de forma organizada e segura, preferencialmente em passeio público, com critério de segurança dos pedestres e dos materiais.
- Escavação mecanizada ou manual da vala. Quando não for possível o reaproveitamento do material, todo este em processo de descarte deverá ser colocado diretamente em caminhão basculante e transportado até local indicado pelo CONTRATANTE.
- Aplicação de colar de tomada na tubulação, assentamento de tubos PEAD e instalação do cavalete, conforme normas técnicas vigentes, sendo os materiais hidráulicos fornecidos pelo contratante, com transporte realizado pela contratada.
- Preenchimento da vala deverá ser realizado com material novo com no mínimo 15 cm abaixo do tubo e 30 cm da geratriz superior do tubo. Será permitido reaproveitamento do material em caso de constatação de estar seco e isento de agregados que impliquem na resistência mecânica do tubo e ineficiência da recomposição do pavimento. A contratada deverá realizar compactação mecânica a cada 30 cm, com intuito de melhor compactação e redução dos índices de vazios.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível do início da obra.
- Remoção da sinalização, poderá ser executada após o término da obra. Em casos de identificação de riscos entre o término da obra e a recomposição do pavimento, a contratada deverá imediatamente comunicar a contratante, que por sua vez realizará a sinalização do local durante este período.
- O transporte do material não reaproveitável (bota fora) é de responsabilidade da contratada e deverá ser despejado em local indicado pelo contratante. Fica expressamente proibido o transporte deste material para qualquer outro local.
- O material para preenchimento de vala será fornecido pelo contratante, sendo





o transporte responsabilidade da contratada.

- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

### **ITEM 16 AO 18 – RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO NÃO ASFÁLTICO – LAJOTA, PARALELEPIPEDO, PAVERS OU PASSEIO PÚBLICO.**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização de trânsito e pedestres. Quando necessário caberá a contratada execução de passadicos como instrumentos de travessia de valas por pedestres, conforme nomas técnicas vigentes.
- Remoção da base excedente, e posterior compactação mecânica.
- Recomposição do pavimento conforme original, com prioridade do reaproveitamento das pedras removidas.
- Preenchimento das juntas com material adequado e posterior compactação.
- Quando o pavimento for cimentado, o mesmo deverá ser recolocado, obedecendo a mesma espessura do original.
- Limpeza final de obra deverá ser realizada antes da remoção da sinalização, onde o local da intervenção esteja o mais próximo possível antes do início da obra.
- Remoção da sinalização, deverá ser executada após o término da obra.
- Em casos necessários de utilização de novos materiais, caberá a contratante o fornecimento do material, sendo o transporte do material de responsabilidade da contratada.
- O prazo de execução é de acordo com a instrução normativa da ARIS (Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento)

Observação: Esta atividade terá como prazo de execução 05 dias úteis, sendo que qualquer problema que ocorrerá neste período, decorrente desta recomposição, será de responsabilidade da contratada o seu reparo sem nenhum ônus a contratante. Os materiais para recomposição do pavimento serão fornecidos pelo contratante, com transporte realizado pela contratada.

### **ITEM 19 – RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (CBUQ).**

O serviço consiste nas seguintes etapas;

- Sinalização de trânsito e pedestres. Quando necessário caberá a contratada execução de passadicos como instrumentos de travessia de valas por pedestres, conforme nomas técnicas vigentes.
- Recomposição da base com brita graduada, com espessura minima de 20cm.
- Imprimação asfáltica sobre brita graduada.
- Recomposição do asfalto CBUQ com espessura minima de 5cm.







- Sinalização de trânsito e pedestres. Quando necessário caberá a contratada execução de passadicos como instrumentos de travessia de valas por pedestres, conforme normas técnicas vigentes.
- Para executar a recomposição, deverá ser removida a camada superficial de 20cm da base existente, não sendo permitido seu reaproveitamento. A recomposição de asfalto com base de brita graduada 20cm deverá possuir composição granulométrica de mistura que se enquadre dentro da faixa "A" DNIT, além de ter espessura mínima de 20cm e compactação com equipamento vibratório.
- Após a execução da base, será aplicada sobre a mesma pintura asfáltica para a execução da reposição asfáltica, com consumo médio de 1,0 l/m<sup>2</sup>. Será obrigatório o corte das bordas da vala com equipamento e a remoção do material recortado antes da imprimação.
- A recomposição asfáltica terá espessura mínima de 5cm, executada sobre a pintura de imprimação da base, com composição granulométrica de mistura que se enquadre dentro da faixa "C" do DNIT. A reposição do pavimento em asfalto deverá ser executada obedecendo às mesmas características do pavimento existente, inclusive quanto ao leito, camadas de base e sub-base. Na compactação, deverá atuar um rolo pneumático autopropulsionado de pressão variável. A compressão deverá ser iniciada nos bordos e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os compactadores cubram uniformemente, em cada passada, pelo menos a metade da largura do seu rastro de passagem anterior. Nas curvas a rolagem progredirá do bordo mais baixo para o mais alto paralelamente ao eixo da rua. centímetros) e compactação com equipamento vibratório.
- Está considerado no custo de recomposição asfáltica a imprimação asfáltica por área (m<sup>2</sup>) de imprimação e a recomposição de asfalto com CBUQ de 5 cm por área (m<sup>2</sup>) de CBUQ executado.
- A camada acabada deve apresentar-se uniforme, isenta de ondulações e sem saliências ou rebaixos. Caso isso não se verifique, será executada uma capa selante, usando-se uma taxa de 0,50 l/m<sup>2</sup> de emulsão asfáltica (RR – 1C) cobrindo-se logo com pedrisco, pó de pedra ou areia, fazendo-se nova compactação com rolo.
- A temperatura de chegada da massa asfáltica (CBUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente) no canteiro de obras deverá ser compatível para que a espalha seja efetuada sempre com no mínimo 120°C. A critério da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, poderão ser exigidos ensaios de laboratório em locais a serem definidos pela mesma, mediante moldagem de corpos de prova pelo método Marshall, para conferir os dados sobre o teor de asfalto, granulometria e grau de compactação da mistura, bem como a estabilidade e a fluência.
- O controle de acabamento da superfície deverá ser feito diariamente, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,0 m e outra de 1,0 m, colocadas em ângulo reto paralelamente ao eixo da avenida, respectivamente. A variação de superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder 0,50 cm, quando verificada com



quaisquer das réguas.

- A critério da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE poderão ser feitas análise de corpos de prova de Repavimentações Asfálticas, para controle tecnológico nos pavimentos, em locais escolhidos pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.
- As análises destes Corpos de Prova serão realizadas por laboratório idôneo, onde serão realizados Ensaio Marshall (043/95), Teor (método 053/94) e Granulometria (083/98). No caso de ficar constatada a não conformidade da qualidade das amostras retiradas de serviço prestado pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reserva-se o direito de requerer a sua reparação/substituição sem qualquer ônus para a CONTRATANTE. São de responsabilidade da CONTRATANTE todos os custos dos ensaios realizados durante a vigência do contrato.
- Esta atividade terá como prazo de execução 10 dias úteis, sendo que qualquer problema que ocorra neste período, decorrente desta recomposição, será de responsabilidade da contratada o seu reparo sem nenhum ônus a contratante.
- Os materiais para recomposição do pavimento serão fornecidos pelo contratada bem como o transporte do mesmo.

## **ITEM 20 – RECOMPOSIÇÃO DO MEIO FIO**

- A recomposição de meios-fios compreende a disposição de peças constituídas de pedra ou de concreto pré-moldado, com faces retangulares, nas dimensões idênticas das peças preexistentes, assentados de maneira a delimitar a área de rodagem de veículos em relação ao passeio. As peças, após serem assentadas, deverão ser rejuntadas com argamassa de cimento e areia, traço 1:4.
- Deve-se priorizar a utilização das peças removidas e/ou soltas oriundas de consertos, desde que estejam em bom estado. Caso as peças estejam quebradas, deverão ser substituídas por novas.
- Após a colocação dos meios-fios, deverá ser reaterado o excesso de espaço da escavação, com material local, quando o mesmo estiver em bom estado e/ou com material de recomposição. Em nenhuma hipótese será permitida a reconstituição de meios-fios quebrados com argamassa de cimento e areia.
- Para a composição do preço unitário, deverão ser considerados o reaproveitamento dos meios-fios removidos e a reposição de 15% de peças quebradas, a argamassa de cimento e areia e lastro de areia com 5,0 cm (cinco centímetros). Deverão estar incluídos no preço unitário todos os materiais, ferramentas, equipamentos e toda a mão de obra necessária à execução dos serviços.
- O serviço de recomposição de meio-fio ocorrerá sempre que, na execução dos serviços ordinários, houver necessidade de sua remoção.

### **Atenta-se as Normativas Técnicas (ABNT)**

- NBR 5626:1998 - Instalação predial de água fria.
- NBR 11185:1994 - Projeto de tubulações de ferro fundido dúctil centrifugado, para condução de água sob pressão – Procedimento
- NBR 12266:1992 - Projeto de execução de valas para assentamento de tubulação de água, esgoto e drenagem urbana;



## OBSERVAÇÕES

- Os relatórios solicitados semanalmente poderão ser entregues em um mesmo documento, sendo este documento devidamente dividido nos seus itens respectivamente em formato digital;
- O responsável técnico deve participar de reuniões e demais atividades quando solicitados pelo CONTRATANTE;
- O responsável técnico ou os responsáveis técnicos devem assinar todos os relatórios entregues, bem como estar disponível quando solicitado para que sejam tiradas dúvidas ou demais questionamentos técnicos;
- O responsável técnico da CONTRATADA deve acompanhar os serviços realizados, evitando a realização de medidas ou procedimentos não adequados com a normativas e regulações vigentes;

## 2.JUSTIFICATIVA

**Pela presente, justificamos a abertura do processo licitatório que tem por objeto PREGÃO Eletrônico VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMERCIAL EXTERNO, COMO AFERIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS, CORTE E RELIGAÇÃO DE CAVALETES E RAMAIS, DESLOCAMENTO DE CAVALETES E RAMAIS, SUPRESSÃO DE LIGAÇÕES, NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC.** segundo as seguintes considerações:

**Considerando** que a Lei Complementar Municipal nº 85 de 17 de agosto de 2010 institui o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB - cujo objetivo é nortear os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana do município de Navegantes.

**Considerando** que a lei federal nº 11.445/2007, Saneamento Básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

**Considerando** que o desenvolvimento econômico e social do país depende da efetivação de políticas públicas adequadas em prol do saneamento básico. Também os direitos fundamentais à vida, à saúde, à habitação, ao meio ambiente





ecologicamente equilibrado, protegidos pela Constituição do Brasil, requerem ações estatais eficazes em termos de oferecimento de serviços de saneamento básico.

**Considerando** que a Lei Complementar Municipal nº 141, de 11 de janeiro de 2012, em seu Art. 3º, parágrafo II, estabelece que a SESAN - Secretaria Municipal de Saneamento Básico é a responsável por “manter e coordenar os meios necessários para a execução e manutenção dos serviços de Saneamento Básico do Município de Navegantes”.

**Considerando** que o objeto a ser contratado, se trata de um serviço de extrema necessidade, não podendo a secretaria de Saneamento Básico deixar de presta-lo aos munícipes.

**Considerando** que a Secretaria de Saneamento Básico de Navegantes, no ano de 2021 e 2022 realizou cerca de 631 ligações novas de água, 543 deslocamentos de cavaletes, 2013 substituições de hidrômetros, 975 consertos de cavalete, 229 reativações de ligações de água que estavam cortadas por inadimplência, e não possui atualmente em seus quadros os profissionais, os equipamentos e o conhecimento/expertise, necessários a realizar os serviços citados que são parte integrante das tarefas cotidianas e corriqueiras da Gestão Comercial e Operacional do Sistema Público de Abastecimento de Água Potável de Navegantes, no atendimento das solicitações dos cidadãos clientes, usuários ou seja consumidores de água potável fornecida pelo SAA Navegantes para dessedentação, higiene, limpeza e demais atividades em que a água potável é essencial, justificando-se assim a necessidade de contratação dos serviços. O critério de preço global foi escolhido por se tratar de um conjunto de serviços de caráter permanente, de execução continua e corriqueira e muitos de seus itens

complementares uns aos outros, para o pleno atendimento aos seus clientes/cidadãos e no funcionamento de um Sistema de Abastecimento Público de Água Potável.

Informamos que os parâmetros utilizados para a composição na formação da base de preço foram através de planilhas públicas que estão especificadas na planilha de composição, a fim de atender as orientações contidas na IN nº002/2021, emitidas pela Secretaria Municipal de Administração e Logística.





### **3. DO LOCAL E PRAZO, RECEBIMENTO DO FORNECIMENTO/ENTREGA DOS SERVIÇOS.**

3.1 Os serviços, objetos do presente deverão ser prestados/executados pela CONTRATADA, por meio próprio diretamente no local estabelecido em cronograma definido pela Secretaria de Saneamento do município de Navegantes em até 12 (doze) horas após a emissão da ordem de serviços.

3.2 A contratada deverá manter um escritório e ou base operacional no município de Navegantes/SC.

3.3 Os serviços prestados/executados se darão de forma parcelada e o Regime de Execução será indireto, de acordo com as necessidades do Município de Navegantes/SC.

### **4. DO PRAZO DE VIGENCIA**

4.1 O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura por 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação nos termos da legislação vigente, e mediante livre negociação entre as partes;

4.2 Os Serviços que não forem prestados/executados deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade da prestação/execução dos serviços pelo Município de Navegantes/SC, não podendo se falar em perdas e danos

### **5. DO VALOR**

5.1 O preço para a execução do objeto deste Contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC,

5.2 O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas, impostos e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, pelo período de 12 (doze) meses, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 Comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, poderá: (Decreto nº 56/2009, Art.12, § 3º)

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido e,

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.6 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente contratado será convocado para a devida alteração do valor pactuado.

### **6. DAS RESPONSABILIDADES**

6.1 A CONTRATADA/FORNECEDORA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do Contrato e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por







todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO;

6.2 A CONTRATADA/FORNECEDORA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei nº 8.666/93;

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA;

6.4 A CONTRATADA/FORNECEDORA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do Contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes do fornecimento/entrega dos serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato, eximindo o Município de Navegantes de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do contrato;

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade dos serviços prestados/executados;
- b) efetuar o pagamento dos serviços prestados/executados na época de sua exigibilidade;

7.2 Rejeitar os serviços que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações;

7.3 Aplicar à(s) CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇO(s) vencedora(s) as sanções administrativas previstas na legislação vigente;

7.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução da presente ATA, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇO.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/FORNECEDORA**

8.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- b) manter, durante o contrato, todas as exigências contidas na Ordem de Serviços bem como no contrato;
- c) manter, durante todo o prazo do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente termo. (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- d) corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93.
- e) responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, Previdenciárias, trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes





de acidente de trabalho.

- f) responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão de execução dos serviços.
- g) Disponibilizar número de telefones, whatsapp, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Navegantes/SC e Secretarias Solicitantes, para efetivação dos pedidos durante o período contratual.
- h) Os serviços deverão ser prestados/executados em perfeitas condições de uso.
- i) Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto deste Termo de Referência,
- j) Executar diretamente o fornecimento, inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;**
- k) Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto no contrato;
- l) Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à prestação/execução dos serviços em questão;
- m) Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de referência.
- n) O proponente será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de transporte inadequado ou feita sem os devidos cuidados.**
- o) Pagar todas as despesas oriundas do contrato, inclusive encargos trabalhistas e fretes.
- p) Fornecer os EPI'S aos funcionários e fiscalizar diariamente a utilização dos mesmos, sob risco de aplicação de penalidade.
- q) A alimentação deverá ser por conta da contratada
- r) A contratada deverá fornecer todas as ferramentas necessárias para o bom atendimento dos serviços a serem executados.
- s) A distribuição diária dos funcionários e ferramentas nos postos de trabalho através de veículos (com custo da contratada) deverá ser por conta da contratada.
- t) Os funcionários deverão executar suas funções uniformizados e equipados com EPI's adequados as funções.
- u) A empresa deverá ter encarregados de Serviços, que se reportará diariamente a Secretária de Saneamento Básico para recolher autorizações de serviços a serem executados.**
- v) A proponente deverá oferecer garantia no ato da entrega dos serviços prestados/executados.**
- w) As solicitações deverão ser atendidas em até 12(doze) horas após a solicitação do contratante, pois as solicitações acontecerão de forma fracionada, conforme as necessidades do contratante, esta clausula contempla somente serviços a serem programados previamente.**
- x) A CONTRATADA será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à fiscal, social, trabalhista, comercial e tributária, bem como pelos eventuais acidentes, danos e prejuízos que a qualquer título causar ao CONTRATANTE, ao meio ambiente e / ou a terceiros, em decorrência da execução dos





serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

y) A CONTRATADA será a única responsável pelos serviços descritos no Termo de Referência, estando o Município isento de qualquer responsabilidade sobre os mesmos, devendo a CONTRATADA possuir seguro sobre todo o objeto contratado, seja de natureza civil, patrimonial/material ou por danos morais.

z) É vedado a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, conforme Lei nº 13.709/2018.

aa) Será aplicada a Lei Municipal nº 3.532/2021, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

## **9. DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

9.1 Os serviços, fornecidos/entregues de forma irregular deverão ser substituídos a expensas da empresa vencedora;

9.2 A empresa será responsável por eventuais danos causados ao Município de Navegantes/SC, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência por seus empregados, aos serviços eventualmente em desacordo com a qualidade, quantidade, prazo de entrega/fornecimento;

9.3 Toda e qualquer despesa relativa à serviços dos serviços correrá às expensas do licitante vencedor, sendo sua obrigação fornecer/entregar os serviços em perfeitas condições de consumo/uso.

## **10- GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.**

10.1 A empresa contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos serviços entregues e fornecidos incompatíveis com as especificações do Termo de Referência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**10.2 Os serviços deverão estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas vigentes PERTINENTES A CADA ITEM, em conformidade com o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90).**

10.3 Os itens considerados inadequados ou não atenderem às exigibilidades, deverão ser recompostos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

10.3.1 Entende-se por serviços inadequado(s) aquele que apresentar: inferior qualidade, fora das especificações exigidas neste Termo de Referência

## **11. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

11.1 O recebimento do objeto dar-se-á conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da lei nº 8.666/93.

11.2 O objeto contratado será recebido:

a) Provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação, proferida pelo fiscal do contrato, da conformidade com as especificações;





b) Definitivamente, em 10 (dez) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação do fiscal do contrato, feita a análise da conformidade com vistas às especificações contidas, no termo de referência do Edital.

11.2.1 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços fornecidos estão em desacordo com a proposta, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação;

11.2.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento;

11.2.3 Se houver recusa do objeto, no todo ou em parte, a EMPRESA FORNECEDORA deverá proceder à substituição, sem qualquer ônus para o Município dentro de prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

11.2.4 A empresa fornecedora efetuará a qualquer tempo e sem ônus para o Município, a substituição de todo material que apresentar imperfeições, defeito de fabricação/produção, qualquer irregularidade ou divergência com as especificações constantes no Termo de Referência do Edital, ainda que constatados depois do recebimento e/ou pagamento.

## **12. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

12.1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (trinta) dias após o fornecimento/entrega dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura e respectiva liquidação, acompanhada de relatório do fornecimento/entrega dos serviços, emitido pela Secretaria competente, devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Contrato;

### **12.2 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM 30 (TRINTA) DIAS DE ACORDO COM O FORNECIMENTO/ENTREGA DOS SERVIÇOS;**

12.3 E recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo;

12.4 O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA/FORNECEDORA, através de conta corrente previamente cadastrada pela contratada, perante esta Administração Pública Municipal;

12.5 Todos os serviços deverão atender a todas as características estabelecidas no Contrato;

12.6 Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os serviços fornecidos/entregues, serão recebidos definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal;

12.7 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

### **12.8 NÃO HAVERÁ SOB-HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO;**

12.9 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA/FORNECEDORA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado no sistema eletrônico, constante ainda da Nota de







Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz;

12.10 A contratada deverá emitir a nota fiscal com o CNPJ conforme os dados constantes na Autorização do Fornecimento enviada pela Secretaria Solicitante contendo detalhamento dos itens, quantidades, valores unitários e totais, bem como **a marca e o modelo (quando couber)**, deve conter nº da Autorização de Fornecimento (AF) ou empenho e dados bancários para pagamento, conforme Instrução Normativa nº 002.2021

12.11 Os recursos para pagamento serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob número abaixo descrito:

02.021.17.512.0012.2039.3.3.90/1500.4.000 (171).

### 13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 O acompanhamento da execução do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saneamento Básico, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

13.2 Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

- I. Fiscalizar e atestar a recebimento/entrega dos serviços, com a emissão de relatórios de aprovação e declaração de compatibilidade com as condições estabelecidas no Edital;
- II. Comunicar eventuais falhas no recebimento/entrega dos serviços, cabendo à CONTRATADA/FORNECEDORA adotar as providências necessárias;
- III. Garantir à CONTRATADA/FORNECEDORA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o recebimento/entrega dos serviços;
- IV. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

13.3 A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA pela completa e perfeita execução do objeto contratual;

### 14. DAS PENALIDADES

14.1 O não fornecimento/entrega dos produtos devidamente no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual;

14.2 À CONTRATADA, se recusar a fornecer/entregar os produtos ao MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do (s) valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93;

14.3 Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93;

14.4 A inexecução parcial ou total do Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.







14.5 À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste;

14.6 A entrega de produtos de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, ensejará rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais;

14.7 Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas neste Contrato;

14.8 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço;

14.9 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito sejam decorrentes destas ou de qualquer outro contrato seu com o município, ou cobrados judicialmente;

14.10 A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, inclusive não apresentar amostra/certificados ou apresentá-los em desacordo com o descrito no edital (quando for o caso), ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de 15% a 20% sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do licitante;

b) Em caso de reincidência poderá ser aberto o procedimento administrativo para Impedir de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Navegantes, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

**14.11 Será aplicada a Lei Municipal nº 3.532/2021, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.**

**14.12 É vedado a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, conforme Lei nº 13.709/2018.**

## **15. DA RESCISÃO**

15.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades elencadas nos termos do edital e do artigo 77 da lei 8.666/93, ensejará também a sua rescisão, conforme diretrizes contidas no Art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93;

15.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93;

15.3 Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA/FORNECEDORA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.





## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A CONTRATADA/FORNECEDORA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo;

16.2 Compete ao Município de Navegantes/SC à gestão do presente contrato;

16.3 Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos;

16.4 Aplicam-se a este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

16.5 Os casos omissos serão decididos e resolvidos pelos membros da Comissão de Licitação em conformidade com as disposições constantes na (s) Lei (s) nº 8.666/93 e nº 10520/02 citada no preâmbulo do Edital, e dos princípios gerais de direito público.

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a realização do procedimento licitatório.

Navegantes, 13 de janeiro de 2023.

**VALÉRIO CESAR GONZAGA DE CAMPOS**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**





## ANEXO VIII PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>Prefeitura Municipal de Navegantes</b> Secretaria: Diretoria:			<b>PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO</b>				
<b>Descrição dos Serviços:</b>			Edital:		Nº Folha:		
			Objeto:		Unidade de Medida:		
			<b>Item:</b>	<b>01</b>			
A	EQUIPAMENTOS	Quantid.	UTILIZAÇÃO		CUSTO OPERACIONAL		
			Produtiva	Improd.	Produtiva	Improd.	
1			0	0	R\$ -	R\$ -	
2					R\$ -	R\$ -	
3					R\$ -	R\$ -	
4					R\$ -	R\$ -	
5					R\$ -	R\$ -	
6					R\$ -	R\$ -	
7					R\$ -	R\$ -	
					TOTAL (A)	R\$ -	
B	MÃO DE OBRA			Quantid.	SALÁRIO HORA	CUSTO HORÁRIO	
1					R\$ -	R\$ -	
2					R\$ -	R\$ -	
3					R\$ -	R\$ -	
4					R\$ -	R\$ -	
5					R\$ -	R\$ -	
					TOTAL (B)	R\$ -	
C	MATERIAIS	UNID	CONSUMO	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO		
1		UNID	0	R\$ -	R\$ -		
2				R\$ -	R\$ -		
3				R\$ -	R\$ -		
4				R\$ -	R\$ -		
5				R\$ -	R\$ -		
6				R\$ -	R\$ -		
7				R\$ -	R\$ -		
					TOTAL (C)	R\$ -	
D	SERVIÇOS AUXILIARES	UNID	CONSUMO	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO		
1		UNID	0	R\$ -	R\$ -		
2				R\$ -	R\$ -		
3				R\$ -	R\$ -		
4				R\$ -	R\$ -		
					TOTAL (D)	R\$ -	
E	TRANSPORTE	DMT - km	Unid.	Consumo	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO	
1			km	0	R\$ -	R\$ -	
2					R\$ -	R\$ -	
3					R\$ -	R\$ -	
4					R\$ -	R\$ -	
					TOTAL (E)	R\$ -	
CUSTO DIRETO TOTAL [ (A + B + C + D + E) ]						R\$ -	
BONIFICAÇÃO POR DESPESAS INDIRETAS						0,00% R\$ -	
PREÇO UNITÁRIO						R\$ -	
<b>PREÇO UNITÁRIO ADOTADO</b>						<b>R\$ -</b>	
Observação: De acordo com a Lei n.º 8.666/93 (lei de licitações e contratos administrativos), o Art. 7º (As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:) - § 2.º (As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:) - Inc. II. (existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários). Como também, de acordo com a exigência da PROGEM e a determinação da SEDEAD em existir as respectivas planilhas de custos em todas as contratações de serviços pelo Município, tratamos de indicar para esta contratação o uso de planilhas já utilizadas por outras Secretarias/Autarquias/Fundações, e que as empresas interessadas em participar do processo licitatório, não necessariamente terão que utilizar este modelo para apresentação dos seus custos, podendo elaborar e formatar outras planilhas, desde que atendam a exigência legal acima.							



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES****RELATÓRIO: RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO****CNPJ: 83.102.855/0001-50****Telefone: (47) 3342-9500****Rua João Emilio , 100****CEP: 88370-446 - Navegantes SC****PREGÃO ELETRÔNICO****Nr.: 229/2022 - PE****Processo Administrativo: 229/2022****Data do Processo: 07/12/2022**

## ANEXO IX

### RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	50,000	UND	AFERIÇÃO HIDRÔMETRO - VARIAS - AFERIÇÃO HIDRÔMETRO	56,1000	2.805,00
2	10.000,000	UND	SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO - VARIAS - SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO EM CAVALETE MONTADO	37,6100	376.100,00
3	7.000,000	UND	CAVALETES - (SESAN) - VARIAS - CAVALETE CORTE	19,5600	136.920,00
4	7.000,000	UND	CAVALETES - (SESAN) - VARIAS - CAVALETE RELIGAÇÃO	18,2200	127.540,00
5	500,000	UND	CAVALETES - (SESAN) - VARIAS - CAVALETE DESLOCAMENTO	139,1000	69.550,00
6	240,000	UND	RAMAL PREDIAL (SESAN) - VARIAS - RAMAL PREDIAL - DESLOCAMENTO	216,7800	52.027,20
7	100,000	UND	RAMAL PREDIAL (SESAN) - VARIAS - RAMAL PREDIAL - CORTE	61,4800	6.148,00
8	100,000	UND	RAMAL PREDIAL (SESAN) - VARIAS - RAMAL PREDIAL - REATIVAÇÃO	60,1300	6.013,00
9	100,000	UND	COLAR DE TOMADA - SERVICO (SESAN) - VARIAS - SUPRESSÃO NO COLAR DE TOMADA	143,1300	14.313,00
10	100,000	UND	COLAR DE TOMADA - SERVICO (SESAN) - VARIAS - RELIGAÇÃO NO COLAR DE TOMADA	162,7200	16.272,00
11	100,000	UND	SERVICOS DE AGUA (SESAN) - VARIAS - VERIFICAÇÃO DE FALTA DE ÁGUA	26,4700	2.647,00
12	100,000	UND	SERVICOS DE AGUA (SESAN) - VARIAS - FISCALIZAÇÃO DE UNIDADE CONSUMIDORA (FRALDES, IRREGULARIDADES)	26,4700	2.647,00
13	50,000	UND	SERVICOS DE AGUA (SESAN) - VARIAS - LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 1" - SEM PAVIMENTAÇÃO	349,4700	17.473,50
14	400,000	UND	SERVICOS DE AGUA (SESAN) - VARIAS - LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 1" - EM PAVIMENTO DE PARALELEPÍPEDO, LAJOTA OU PAVER	460,3100	184.124,00
15	50,000	UND	SERVICOS DE AGUA (SESAN) - VARIAS - LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 1" - EM PAVIMENTO ASFÁLTICO	535,1600	26.758,00
16	2.000,000	M²	RECOMPOSICAO DE PAVIMENTACAO - VARIAS - RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – LAJOTA OU PARALELEPIPEDO REGULAR	67,1800	134.360,00
17	500,000	M²	RECOMPOSICAO DE PAVIMENTACAO - VARIAS - RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – PAVER	61,4600	30.730,00
18	500,000	M²	RECOMPOSICAO DE PAVIMENTACAO - VARIAS - RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – PAVIMENTO EM PASSEIO PÚBLICOS	66,1200	33.060,00
19	100,000	M³	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – ASFALTO (CBUQ) - RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO – ASFALTO (CBUQ)	2.516,4600	251.646,00

20	500,000	M	RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO - RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO	23,1600	11.580,00
----	---------	---	-----------------------------------------------------	---------	-----------

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:	1.502.713,70
----------------------------------	--------------	--------------